

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO (STFC)

Pelo presente instrumento particular (“Contrato”), de um lado, **ALGAR TELECOM S/A**, prestadora de serviços de telecomunicações, inscrita no CNPJ nº 71.208.516/0001-74, com sede na Rua José Alves Garcia, nº 415, na cidade de Uberlândia/MG, neste ato, devidamente e regularmente representada, doravante denominada “ALGAR TELECOM” ou “CONTRATADA” e, de outro lado, o **USUÁRIO**, devidamente qualificado na ordem de serviço e/ou no sistema de cadastro da ALGAR TELECOM, doravante denominado “USUÁRIO” ou “CONTRATANTE”, firmam este Contrato conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. Constitui objeto do presente contrato a prestação STFC em todas as suas modalidades, no endereço indicado pelo Assinante, mediante pagamento das tarifas constantes dos Planos de Serviços divulgados pela ALGAR TELECOM.
- 1.2. Outras prestações, utilidades ou comodidades poderão ser contratadas pelo USUÁRIO, mediante o pagamento dos valores correspondentes a cada serviço e ainda, desde que haja a disponibilidade técnica para a efetiva prestação do serviço.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA HABILITAÇÃO E PAGAMENTO

- 2.1. O início da prestação do STFC dar-se-á com a instalação do terminal telefônico no endereço indicado pelo USUÁRIO com o pagamento do valor referente à habilitação, quando aplicável e previamente informado ao USUÁRIO; bem como da liberação para utilização dos serviços.
- 2.2. Para prestação do STFC o USUÁRIO se compromete a pagar mensalmente os valores correspondentes ao plano de serviço, valor correspondente à disponibilização do acesso e ainda, os valores referentes à utilização do serviço após o consumo da franquia mensal, caso haja esta franquia.
- 2.3. Os valores referentes ao plano de serviço vinculado a este Contrato poderão ser reajustados de acordo com a variação positiva do Índice de Serviços de Telecomunicações (“IST”) ou por outro índice que venha a substituí-lo, de acordo com a data-base descrita no respectivo plano de serviço.
 - 2.2.1. As instituições que utilizarem o TTS (Terminal de Telecomunicação para Surdos), serão isentas da tarifa de assinatura.
- 2.4. Qualquer alteração nos tributos incidentes sobre a prestação do serviço ora contratado permitirá a modificação dos valores cobrados.
- 2.5. A cobrança dos valores devidos pela prestação do STFC e outros serviços e/ou facilidades será realizada mediante apresentação de Nota Fiscal de Prestação de Serviço (“NFPS”) ao USUÁRIO, que poderá ser paga nos locais credenciados e previamente divulgados pela ALGAR TELECOM. O USUÁRIO no ato da contratação do serviço escolherá uma entre as datas de vencimento de sua NFPS.
- 2.6. O não pagamento da NFPS na data de seu vencimento sujeitará o USUÁRIO ao pagamento de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, bem como 1% (um por cento) de juros de mora e atualização monetária do valor devido de acordo com a variação positiva do IGP-M

divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo, bem como: (i) transcorridos 22 (vinte e dois) dias do vencimento da conta de serviços: suspensão parcial do provimento do serviço; (ii) transcorridos 30 (trinta) dias desde a suspensão parcial: suspensão total do provimento do serviço; (iii) transcorridos 30 (trinta) dias da suspensão total do provimento do serviço: desativação definitiva do serviço e rescisão do contrato de prestação do serviço e; (iv) inscrição dos dados do CLIENTE perante os órgãos de proteção ao crédito, mediante comunicado prévio nos termos da legislação vigente.

- 2.7. A quitação de valores eventuais devidos, cujo pagamento tenha sido efetuado por meio de cheque, somente ocorrerá após a respectiva compensação bancária. A ALGAR TELECOM reserva-se, ainda, no direito de não receber pagamentos por meio de cheques.
- 2.8. O USUÁRIO poderá contestar os débitos contra si lançados e que julgar improcedentes junto a qualquer centro de atendimento da ALGAR TELECOM, que deverá emitir uma nova NFPS com o valor incontroverso. Após a apuração da contestação apresentada, a ALGAR TELECOM lançará os débitos comprovadamente procedentes na primeira NFPS a ser emitida, os quais o USUÁRIO não poderá apresentar nova contestação.
- 2.9. O USUÁRIO é responsável pela instalação e manutenção da sua rede interna de telecomunicações. Toda solicitação estará sujeita a um estudo sobre a viabilidade técnica, sendo que somente serão considerados contratados os serviços após a constatação de viabilidade técnica.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DIREITOS E DEVERES

3.1. Constituem direitos do USUÁRIO além daqueles previstos na legislação aplicável ao STFC:

- a. Obter acesso e fruição do serviço de forma isonômica e dentro dos padrões de qualidade previstos na regulamentação;
- b. Receber através de qualquer meio, informações adequadas sobre as condições de prestação, contratação e suspensão do serviço e eventuais alterações, bem como respostas às suas solicitações os prazos estabelecidos pelo Plano Geral de Metas de Qualidade do STFC;
- c. O detalhamento da fatura nos termos e condições previstos na regulamentação do STFC;
- d. A privacidade do documento de cobrança, a inviolabilidade de seus dados e ao segredo de sua comunicação, respeitadas as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações ou de compartilhamento de dados necessários ao faturamento, bem como de divulgação de dados pessoais em meios de informações de código de acesso de USUÁRIO, quando não houver restrição deste;
- e. A suspensão e restabelecimento do serviço e de comodidades ou utilidades nos termos da regulamentação;
- f. A não suspensão do serviço, salvo nos casos previstos na regulamentação;

- g. A portabilidade, substituição e interceptação do seu código de acesso, nos termos da regulamentação;
 - h. A reparação de danos comprovadamente causados pela ALGAR TELECOM e de acordo com a regulamentação;
 - i. Ser notificado previamente sobre interrupções programadas e sobre suspensões da prestação do serviço decorrentes de inadimplência, bem como da inscrição de seus dados em serviços de proteção ao crédito.
- 3.2. Constituem deveres do USUÁRIO, além daqueles previstos na legislação aplicável ao STFC:
- a. Providenciar, no imóvel indicado, local adequado e infraestrutura necessários à correta instalação e funcionamento de equipamentos conforme divulgado pela ALGAR TELECOM;
 - b. Somente conectar à rede externa da ALGAR TELECOM terminais que obedeçam aos padrões e características técnicas estabelecidas na regulamentação;
 - c. Manter seus dados cadastrais atualizados perante a ALGAR TELECOM;
 - d. Utilizar adequada e lícitamente os serviços, equipamentos e redes de telecomunicações; e,
 - e. Preservar os bens públicos e aqueles voltados à utilização do público em geral.
 - f. Efetuar o pagamento referente à prestação do serviço.
- 3.3. Constituem direitos e deveres da ALGAR TELECOM, além daqueles previstos na legislação aplicável ao STFC, aqueles descritos nos Contratos de Concessão e Autorização para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) e neste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DO SISTEMA DE ATENDIMENTO

- 4.1. A ALGAR TELECOM disponibilizará ao USUÁRIO Centros de Informação e Atendimento que poderão ser acessados por meio do código de acesso 103 12 e da rede mundial de computadores através do site www.algartelecom.com.br, ou pessoalmente nos endereços previamente divulgados pela ALGAR TELECOM.
- 4.2. Os Centros de Informação e Atendimento são capacitados para receber e processar solicitações, queixas e reclamações encaminhadas pelos usuários pessoalmente ou por qualquer meio de comunicação à distância, as quais receberão número de ordem a ser informado ao USUÁRIO, nos termos da regulamentação.
- 4.3. O USUÁRIO será informado pela ALGAR TELECOM quanto às providências adotadas em função de sua solicitação, reclamação ou queixa, nos prazos definidos pelo Plano Geral de Metas da Qualidade para o STFC (PGMQ).

CLÁUSULA QUINTA – DA MUDANÇA DE ENDEREÇO

- 5.1. Após a instalação do terminal telefônico e do pagamento da tarifa de habilitação, o USUÁRIO poderá registrar solicitação de mudança de endereço do seu terminal telefônico em qualquer Centro de Informação e Atendimento da ALGAR TELECOM, que será executada nos prazos estipulados no PGMQ.
- 5.2. A ALGAR TELECOM não poderá alterar unilateralmente o código de acesso vinculado ao terminal do USUÁRIO sem que haja prévia comunicação na forma e prazos estipulados na regulamentação.
- 5.3. Verificada a disponibilidade técnica e mediante pagamento do valor previamente divulgado, a ALGAR TELECOM atenderá solicitação do USUÁRIO de alteração do código de acesso vinculado ao seu terminal.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUSPENSÃO DO STFC

- 6.1. O USUÁRIO adimplente pode requerer à ALGAR TELECOM a suspensão do serviço contratado, e consequentemente dos demais serviços e modalidades vinculados ao terminal, uma única vez a cada período de 12 (doze) meses, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias e máximo de 120 (cento e vinte) dias.
- 6.2. A solicitação de suspensão do serviço de forma diversa da descrita no item acima obrigará o USUÁRIO ao pagamento de valor devidamente divulgado pela ALGAR TELECOM, nos termos da regulamentação.
- 6.3. A ALGAR TELECOM poderá suspender a prestação do serviço motivada pela inadimplência do USUÁRIO, nos termos do item 2.6 deste instrumento, bem como pela utilização ilícita do serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 7.1. O presente Contrato vigorará por prazo indeterminado, respeitado em todos os casos, o prazo do Contrato de Concessão do STFC Local firmado pela ALGAR TELECOM com a ANATEL.
- 7.2. O presente instrumento poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:
 - a. Por solicitação do USUÁRIO, a qualquer tempo;
 - b. Pela ALGAR TELECOM, motivada pelo descumprimento do USUÁRIO do disposto neste instrumento ou na regulamentação pertinente;
 - c. Por extinção do Contrato de Concessão do STFC Local firmado pela ALGAR TELECOM com a ANATEL;
 - d. Por descontinuidade do Plano Alternativo, respeitados os prazos previstos para denúncia do contrato e;
 - e. Por iniciativa da ALGAR TELECOM, em decorrência da extinção e/ou descontinuidade do plano de serviço e mediante aviso prévio de 90 (noventa) dias.

- 7.4. O encerramento do Contrato, qualquer que seja o motivo, não prejudica a exigibilidade de encargos, débitos ou créditos decorrentes da prestação do STFC ainda não quitados pelo USUÁRIO, conforme o caso.
- 7.5. No caso de rescisão deste Contrato por não pagamento do documento de cobrança, a ALGAR TELECOM estará autorizada a enviar os dados cadastrais do USUÁRIO inadimplente para inscrição no Serviço de Proteção ao Crédito e demais cadastros semelhantes, além de protesto, mediante prévia notificação conforme legislação vigente.
- 7.6. O presente Contrato será considerado rescindido de pleno direito caso seja constatada a inviabilidade técnica no ato da instalação do serviço, independentemente de aviso, notificação, interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba também às partes qualquer indenização.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 8.1. O presente instrumento encontra-se divulgado no sítio da ALGAR TELECOM na rede mundial de computadores e nos Centros de Informação e Atendimento.
- 8.2. São aplicáveis ao presente instrumento toda a legislação aplicável ao STFC, especialmente as leis 8.078/90 e 9.472/97, bem como os regulamentos aprovados pela ANATEL.
- 8.3. Inobstante outras disposições, em hipótese alguma a ALGAR TELECOM, seus prepostos e empregados serão responsáveis perante qualquer pessoa, incluindo o USUÁRIO, por danos indiretos, punitivos, especiais, exemplares, incidentais ou emergentes, ou por perda de receita, de dados, de uso de dados, lucros cessantes, uso ou outra vantagem econômica decorrente do contrato ou de qualquer forma a ele relacionada, inclusive, mas não se limitando ao uso ou incapacidade de usar/prestar os serviços, independentemente da causa, seja em ação contratual, seja por negligência ou de outra forma, ainda que a outra parte ou terceiro de quem a indenização esteja sendo reclamada tenha sido advertida previamente sobre a possibilidade de tais danos.
- 8.4. A prestação dos serviços será por meio do plano de serviço descrito Termo de Contratação e/ou no Contrato de Concessão de Benefícios e outras avenças.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

- 9.1. As Partes elegem o foro do domicílio do USUÁRIO para dirimir eventuais questões oriundas deste instrumento.